

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Bahia Class.: 59
Data: 14 de setembro de 1980 Pg.: _____

Funai contribui para a morte étnica do índio

No terceiro dia do Seminário "Amazônia Urgente", promovido pelo Comitê de Defesa da Amazônia-Bahia e realizado na Associação dos Funcionários Públicos, discutiu-se a "Questão Indígena" e chegou-se a um consenso: há uma deliberada tentativa de "matar" etnicamente o índio brasileiro, a partir, notadamente, de iniciativas e omissões da própria Fundação Nacional do Índio — Funai.

Maria do Rosário Carvalho, da seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio — ANAI, Olímpio Serra, ex-ser-
vista da Funai e membro da
Adação Nacional Pró-Memória, e Lázaro Gonçalves, cacique da tribo Kiriri, do distrito de Mirandela, em Ribeira do Pombal, Bahia, destacaram esta questão em seus depoimentos e além disso, denunciaram a cada vez mais crescente invasão das terras indígenas, incluindo aí o extermínio populacional dos índios em constantes e recentes conflitos com colonos e camponeses, tanto na Amazônia, como, até, na Bahia, incentivados, muitas vezes, por grandes proprietários rurais com "vistas grossas" por parte dos órgãos oficiais ligados à questão.

"SUBMISSÃO"
A antropóloga Maria do Rosário, professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, destacou a redefinição da política indigenista a partir do Plano de Integração Nacional, notadamente na Bacia Amazônica, onde se previu a construção de estradas voltadas para a chamada "ocupação e colonização racional" da região. Esta redefinição, segundo ela, implicou numa "submissão" dos projetos e programas que viam no índio um "obstáculo ao desenvolvimento", provocando, a curto prazo, o extermínio de grupos indígenas via, de um lado, transmissão de doenças através de colonos para ali transferidos e, de outro, pelo inevitável e "incentivado" confronto entre colonos e índios.

Esse tipo de prática em relação aos índios da Bacia Amazônica alcançou seu período mais crítico durante a gestão do general Bandeira de Melo na Funai, nos anos 70, porque, assegurou a professora



A morte étnica dos índios foi denunciada, nos debates do Seminário Amazônia Urgente

Rosário, foi aí que mais se permitiu a invasão dos territórios indígenas, numa política de colonização que "não acompanhou, cuidadosamente a construção de estradas e, um programa de medicina preventiva, fazendo com que grupos como os Parakanane e os Kreenakarori sofressem sérios decréscimos populacionais e tivessem os seus territórios criminosamente invadidos pela Transamazônica e pela BR-165 (Santarem-Cuiabá)".

DESEQUILIBRIO ECOLÓGICO

Chamando atenção para as condições ecológicas da Bacia Amazônica, onde os solos são pobres nas áreas de terra firme, Maria do Rosário lembrou a incompatibilidade desta situação com uma ação agrícola em larga escala, com altas densidades populacionais como se pratica na região. Isto, na sua opinião, tem provocado o desequilíbrio ecológico da área, "ameaçando, sem dúvida, a sobrevivência das populações indígenas e não-indígenas, estas últimas para lá transportadas com promessas de melhores dias".

Completando seu raciocínio, a antropóloga Maria do Rosário chamou atenção para a política indigenista que mais uma vez se redefiniu, para facilitar "a livre ação de grandes empresas agropecuárias, em detrimento da defesa dos territórios indígenas". Ela criticou, ainda, o Estatuto do Índio, que "de maneira nenhuma assegura a proprie-

dade da terra ao indígena, além de provocar insegurança, pela sua ambigüidade".

PREOCUPAÇÃO E OUTRA

Também antropólogo, Olímpio Serra, da Fundação Nacional Pró-Memória, e respaldado em nove anos de atuação como sertanista da Funai, pretendeu, em seu depoimento, "inverter a ordem de preocupações em torno do índio, principalmente "ante os acontecimentos recentes de conflitos entre populações indígenas". Para Olímpio, hoje o que preocupa o Governo não é "porque os índios matam", mas sim, "porque os índios não morrem".

Concordando com a professora Rosária, Olímpio Serra considerou a atual política indigenista como responsável pelas recentes "tragédias" entre índios e camponeses, com mortes, notadamente por incentivar a ocupação cada vez maior dos territórios indígenas por grandes grupos econômicos, a exemplo da empresa Andrade Gutierrez, na Amazônia. Ele lembrou alguns aspectos da cultura indígena para explicar as agressões armadas a posseiros por dois grupos Kaiapós. Por exemplo, o "diploma de cidadão" só é dado a quem participou de alguma guerra, o que é improvável, hoje, entre tribos. Também há a necessidade de "vingar" os mortos, a maioria deles por brancos. Mas Olímpio considera principal a crescente ocupação das terras dos índios, sob o beneplácito da Funai, lembrando que os próprios índios reconhecem isso, ao admitir o "erro de alvo" nos conflitos em que assassinaram "peões" das empresas. Para justificar sua crença no extermínio deliberado dos índios vistos como

um "obstáculo ao desenvolvimento", Olímpio lembrou que, em dados oficiais, pouco confiáveis, existiam 5 milhões de índios no Brasil à época do descobrimento, em 1500 — na sua opinião, não menos de 10 milhões — e hoje, não chegam a 120 mil. Assim, ele não aceita que "o índio seja violento, como quer fazer passar os jornais da grande imprensa, que não divulgam a questão sob a ótica indígena".

NA PRÁTICA

O último conferencista da noite foi o cacique Kiriri, Lázaro Gonçalves, da tribo de Mirandela, em Ribeira do Pombal, na Bahia. Escolhido "democraticamente" para representar as 318 famílias da comunidade no seminário, Lázaro, cacique há cinco anos, lembrou os conflitos existentes na sua região, entre índios e colonos incentivados "pelos grandes fazendeiros". Garantindo que sente muito pela situação dos pobres agricultores, Lázaro assegurou que "o capitalismo tá tomando conta de nosso chão, explorando os lavradores e matando nossos irmãos". Para ele, os índios estão perdendo "seus direitos, seus costumes e, até sua língua" e acredita que para resolver a situação "a gente não pode dizer que vai morrer calado, porque quem morre calado é sapo no pé do boi". Além disso, Lázaro é descrente com "as providências que a Funai e o Governo dizem que irão tomar". Eles têm direito a 13,6 hectares na região e ocupam apenas 3 mil por conta das constantes invasões. O seminário "Amazônia Urgente" prossegue amanhã com palestras de Jair Borin, jornalista da Folha de S. Paulo, e Antônio Dias, do Centro de Estudos e Ação Social — CEAS, sobre "A Luta pela terra".